

## II. DELIBERAÇÕES

### ➤ CÂMARA

#### 1. APROVAÇÃO DA ATA N.º 12/2022

H. Pereira  
7

**XIII MANDATO**

**ATA N.º 12/2022**

**Reunião ordinária pública de 04 de abril de 2022**

Ao quarto dia do mês de abril de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e trinta minutos, no edifício do GNRation, sito na Praça Conde Agrolongo, desta cidade de Braga, realizou-se a reunião ordinária pública do Executivo Municipal, na qual compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Presidente da Câmara – Ricardo Bruno Antunes Machado Rio** (Coligação Juntos por Braga) - e **Vereadores – Maria do Sameiro Macedo Araújo** (Coligação Juntos por Braga), **Olga Maria Esteves Araújo Pereira** (Coligação Juntos por Braga), **João Vasconcelos Barros Rodrigues** (Coligação Juntos por Braga), **Carla Maria Ferreira Sepúlveda** (Coligação Juntos por Braga), **Hugo Alexandre Polido Pires** (PS), **Artur Jorge Oliveira Feio** (PS), **Sílvia Cristina Conduto de Sousa** (PS), **Adolfo Augusto Martins da Cruz Morais Macedo** (PS) e **Bárbara Seco de Barros** (CDU). Faltou o Vereador **Altino Bernardo Lemos Bessa** (Coligação Juntos por Braga), cuja falta foi justificada pelo Presidente da Câmara. -----

Secretariou Helena Margarida Ferreira Freitas Pereira, Técnica Superior, a exercer funções na Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. Pelas nove horas e trinta minutos, verificada a presença da maioria, foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ORDEM DO DIA-----**

Para **conhecimento e informação** foi presente o resumo de tesouraria, referente ao dia vinte e nove de março de dois mil e vinte e dois, que aqui se dá por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**-----DELIBERAÇÕES-----**

**1. APROVAÇÃO DA ATA N.º 11/2022 NOS TERMOS DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** Foi dispensada a leitura da ata, conforme deliberação tomada em reunião de dezoito de outubro de dois mil e vinte e um: **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



2. **PROPOSTA - DECISÃO FINAL RELATIVA À CLASSIFICAÇÃO COMO BEM DE INTERESSE MUNICIPAL – FONTE DO LARGO CARLOS AMARANTE, UNIÃO DE FREGUESIAS DE BRAGA /S. JOSÉ DE S. LÁZARO E SÃO JOÃO DO SOUTO-** Presente a seguinte proposta: «Do DMUOP/Divisão do Património Cultural, Habitação e Gestão do Centro Histórico, submetendo à consideração do Executivo Municipal, a decisão final do processo relativo à classificação como Bem Cultural de Interesse Municipal da Fonte do Largo Carlos Amarante, localizada no Largo Carlos Amarante da União de Freguesias de Braga S. José de S. Lázaro e São João do Souto, nos termos do disposto no n.º 3, do art.º 29º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.» Os documentos juntos à proposta dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

3. **ATRIBUIÇÃO DE TOPÓNIMOS-** Presente a seguinte proposta: «PROPOSTA DE TOPÓNIMO- Na sequência da proposta toponímica apresentada pela Junta de Freguesia de Palmeira, através do e-mail datado de 10/02/2022, proponho a atribuição do topónimo: **Rua Quinta da Fonte-** Artéria implantada no Lugar da Ortigueira e Lugar da Fonte. Início Rua Professor António Luís Guedes, Fim - Rua da Água -----



PROPOSTA DE TOPÓNIMO- Na sequência da proposta toponímica apresentada pela Junta de Freguesia de Tadm, através do ofício n.º 2022/10, datado de 01/03/2022, proponho a atribuição do topónimo: **Rua do Vilar** - Artéria implantada no Lugar do Vilar - Quinta dos Vilares. Início e Fim - Rua Eng.º. Antenor Barreiros Marques. -----



*Handwritten signature*  
*Handwritten mark*



Braga, 11 de março de 2022, O Vereador, João Vasconcelos Barros Rodrigues, Dr.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

#### 4. CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS-

Presente a seguinte proposta: «Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal as minutas dos contratos administrativos de delegação de competências, nos termos das disposições conjugadas no art.º 25º, alínea k e do art.º 33º, nº 1, alínea m) da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a celebrar com as seguintes freguesias: I) ADITAMENTO AO CONTRATO:

- a) Freguesia de Tebosa, para contratação, fiscalização da obra "Requalificação do Muro de Suporte ao Caminho – Rua da Seara", no valor de 3.112,64€ (outorgado em reunião do Executivo Municipal de 11/08/2021);
  - b) União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para execução da obra "Remodelação do Interior do Edifício da Junta de freguesia (Espaço do Cidadão)", no valor de 17.966,01€ (outorgado em reunião do Executivo Municipal de 22/04/2021).
- II) CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS: a) União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para execução do projeto da obra de "Requalificação da Rua de Macada – Vimieiro", no valor de 1.845,00€; b) União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para execução do projeto da obra "Requalificação da Sede da Junta de Celeirós", no valor de 10.332,00€; c) Freguesia de Tebosa, para execução do projeto da obra "Requalificação do Passeio da Rua Papa Figo", no valor de 5.389,06€; d) Freguesia de Tebosa, para execução do projeto da obra "Remodelação de espaço de





atendimento da Junta de Freguesia", no valor de 3.157,84€; e) União de Freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, para execução do projeto da obra "Requalificação Parcial da Rua de S. Judas Tadeu - Celeirós", no valor de 53.431,21€. Os documentos juntos às propostas dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, O PONTO I) E AS ALÍNEAS A), B), C) E D) DO PONTO II). RETIRADA DA ORDEM DE TRABALHOS A ALÍNEA E) DO PONTO II) PARA MELHOR INSTRUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS.** -----

**5. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS/FREGUESIAS** - Presente a seguinte proposta: «Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Considerando que o artigo 23.º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias; Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações; Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição; Considerando que o artigo 25.º, n.º 1, alínea j) da citada Lei n.º 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; Considerando que o artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta; Proponho, em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente ao princípio da legalidade previsto no artigo 3.º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal a atribuição de Apoio Financeiro à Freguesia de Celeirós Aveleda e Vimieiro, destinado a apoiar o "Abate de árvores no Parque Industrial de Celeirós" no valor de 2 915,00€ (dois mil novecentos e quinze euros). Braga, 23 de março de 2022. O Presidente da Câmara Municipal de Braga». **RETIRADO DA ORDEM DE TRABALHOS PARA MELHOR INSTRUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS.** -----

**6. REGULARIZAÇÃO DE FATURAS** - Da Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, presente a seguinte proposta: «Considerando que: 1. Após a emissão de faturas nas aplicações do Sistema Integrado de Gestão da Faturação, ocorrem determinadas situações que obrigam à sua anulação,



designadamente quando se trata de erro ou omissão na emissão da fatura pelo Utilizador ou quando surgem acontecimentos ou factos posteriores à emissão da mesma, que não podiam ser previstos no momento da sua emissão, o que implica a necessidade de corrigir elementos (ex.: alteração da titularidade do registo, correção de medidas e ou localizações dos factos que deram origem à fatura, deferimento de reclamações que implicam a revisão da liquidação); 2. De acordo com o artigo 12.º das Normas Regulamentares à Execução do Orçamento é da competência da Câmara Municipal a anulação de faturas solicitadas pelos Serviços Emissores, em período posterior ao mês em que se tiver verificado a sua emissão. A proposta de anulação é subscrita pelo Presidente da Câmara, assente em informação devidamente fundamentada pelo Serviço que solicita a anulação. 3. A Divisão Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita elabora, segundo as instruções dos Serviços Emissores, um quadro com a faturação por regularizar; 4. A presente informação engloba processos que totalizam, conforme quadro em anexo, a regularização de faturação no valor de 3 684,04 EUR. Coloca-se à consideração superior a submissão da presente informação à apreciação do Sr. Presidente da Câmara Municipal e posteriormente, caso haja despacho favorável, a deliberação do Executivo Municipal.» O referido quadro, anexo à proposta, dá-se aqui por reproduzido e transcrito e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO**

**PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS. -**

**7. OUTRAS ISENÇÕES/ REDUÇÕES/TAXAS-** Presente a seguinte proposta: «Da Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita, submetendo à consideração do Executivo Municipal, os pedidos de isenção de taxas, ao abrigo dos n.ºs. 1 e 2, do art.º H-1/16º e art.º H-1/17º, do CRMB, de acordo com mapa que vai em anexo.» O referido mapa e as informações técnicas que sustentam a proposta dão-se aqui por reproduzidas e transcritas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA AS ISENÇÕES A ATRIBUIR À NOVLAN INVEST, LD., CRUZ VERMELHA PORTUGUESA, ISABEL MARIA DE OLIVEIRA SANTOS, GRAVITY SOURCE, LDA., MARIA VILAÇA FERREIRA GONÇALVES E DISTÂNCIA EQUIVALENTE, LDA., COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. ABSTIVERAM-**





SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, A ISENÇÃO A ATRIBUIR À IRMANDADE DE SANTA CRUZ, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO. VOTOU CONTRA A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

Deve dar-se conhecimento à Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo H-1/18.º n.º 3 do Código Regulamentar do Município de Braga. -----

**8. APROVAÇÃO DOS PREÇOS A PRATICAR PELO POSTO DE TURISMO DE BRAGA PARA VENDA DE PRODUTOS:** Da Divisão de Controlo Financeiro e Arrecadação de Receita presente a seguinte proposta: «O Posto de Turismo de Braga assume-se como um espaço privilegiado para dar as boas vindas aos turistas, promovendo Braga e todo o Norte de Portugal. Munícipes e visitantes podem usufruir de um conjunto de valências tecnológicas, nomeadamente de vídeos promocionais, mapas interativos, roteiros interativos temáticos e visitas virtuais, bem como de folhetos informativos. Neste espaço, estão igualmente disponíveis outras valências: produtos típicos, tradicionais, identitários do Município, nomeadamente artesanato, livros e merchandising, de modo a potenciar os nossos recursos, as nossas mais-valias, incentivando o desenvolvimento do artesanato e melhorando a oferta. Considerando que, nos termos do artigo 21º, n.º 1, do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, na sua redação atual, os preços, "...não devem ser inferiores aos custos, direta ou indiretamente suportados...", propõe-se que o Executivo Municipal, ao abrigo das normas conjugadas do artigo 33.º, n.º 1, alíneas e) e cc), do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprove os preços constantes na listagem em anexo, com IVA incluído, fixados com base no custo de aquisição.-----

-----

*H. Pereira*  
*[Signature]*

Nome do Artigo	Valor de Venda (IVA incluído)
FARRICOCOS - Matraca	13,00 €
FARRICOCOS - Fogaréu	13,00 €
FARRICOCOS - Cesta	13,00 €
Livro Braga - Pt	12,50 €
Livro Braga - Esp	12,50 €
Livro Braga - Al	12,50 €
Livro Braga - Fr	12,50 €
Livro Braga - Ing	12,50 €
Livro Braga - It	12,50 €
MAPA - Direnor	4,00 €
MAPA - Braunio	5,00 €
MAPA - Gerês	13,00 €
MAPA - Arquitetura	5,00 €
Prato Braga - pequeno	12,00 €
Prato Braga - grande	17,00 €
Imans Brasão	3,00 €
Velas - grande	8,50 €
Velas - média	7,00 €
Velas - pequena	6,00 €
Imans Moeda	3,00 €
Guia Descobrir Braga	10,00 €
Livro Bom Jesus	12,00 €
Postais Topográficos - CMBraga	2,00 €
Livro Porto e Norte - Arq. Contemporânea - PT	10,00 €
Livro Porto e Norte - Arq. Contemporânea - ING	10,00 €
Moedas Romanas - Conj. 3 moedas	8,00 €
Moedas Romanas - 1 Unidade	3,00 €
Moedas Romanas - Minerva	7,00 €
Moedas Romanas - Lucerna grande	10,00 €
Moedas Romanas - Lucerna pequena	5,00 €
Jogo Bragapólio	25,00

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

9. CONCURSO PÚBLICO POR LOTES: CPE.23.21. DMOSM – EMPREITADA “EU JÁ PASSO AQUI – LOTE 1” - Presente a seguinte proposta: «Submete-se para ratificação a decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara em 29 de março de 2022, da aprovação da revogação da decisão de adjudicação, relativamente ao lote 1, do procedimento CPE.23.21. DMOSM - EU JÁ PASSO AQUI (Largo do Pópulo e Praça do Município)», nos termos e com os fundamentos dos documentos anexados, que aqui se dão por reproduzidos



e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

**10. CONCURSO PÚBLICO POR LOTES: CPE.23.21. DMOSM – EMPREITADA “EU JÁ PASSO AQUI – LOTE 4”** - Presente a seguinte proposta: «Submete-se para ratificação a decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara em 29 de março de 2022, da aprovação da revogação da decisão de adjudicação, relativamente ao lote 4, do procedimento CPE.23.21. DMOSM - EU JÁ PASSO AQUI (Rua Martins Sarmento; Rua 25 de abril; Rua Beato Miguel Carvalho, Rua da Restauração; Rua do Conservatório; Rua da Fundação Calouste Gulbenkian; Rua Adelina Caravana)», nos termos e com os fundamentos dos documentos anexados, que aqui se dão por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

**11. CONCURSO PÚBLICO POR LOTES: CPE.23.21. DMOSM – EMPREITADA “EU JÁ PASSO AQUI – LOTE 5”** - Presente a seguinte proposta: «Submete-se para ratificação a decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara em 29 de março de 2022, da aprovação da revogação da decisão de adjudicação, relativamente ao lote 5, do procedimento CPE.23.21. DMOSM - EU JÁ PASSO AQUI (Rua do Fujacal; Rua André Soares; Rua Américo Ferreira Carvalho; Rua Dr. Costa Júnior; Rua Álvaro Carneiro; Praceta Fernando Pessoa; Rua Pascoal Fernandes)», nos termos e com os fundamentos dos documentos anexados, que aqui se dão por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES,**



*Handwritten signature*

ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

**12. PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO – CONCURSO PÚBLICO – PROPOSTA N.º CPE.05.22. DMOSM-** Presente a seguinte proposta: «Submete-se à consideração do Executivo Municipal, autorização para a contratação da Empreitada de “EU JÁ PASSO AQUI – Requalificação Da Avenida Da Liberdade – U.F. De S. José De S. Lázaro E S. João Do Souto”, bem como o acordo de entidades adjudicantes», nos termos e com os fundamentos dos documentos anexados, que aqui se dão por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO. ABSTEVE-SE A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

**13. REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO HUMAN POWER HUB – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO** - Da Divisão de Serviços Jurídicos e do Contencioso, presente a seguinte proposta de revogação de deliberação: «De acordo com o estabelecido no artigo 169.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, propõe-se ao Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, que remeta a reunião do Executivo Municipal, a presente proposta de REVOGAÇÃO: a) da deliberação do Executivo Municipal tomada em reunião ordinária realizada no dia 21/03/2022, que determinou que o REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO HUMAN POWER HUB, estava em condições de ser remetido à Assembleia Municipal para aprovação, com fundamento em claro lapso da gestora do procedimento, já que: a. o Regulamento que foi anexado à proposta foi o REGULAMENTO DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL DO HUMAN POWER HUB; Efetivamente, b. tendo sido remetido para início do procedimento, pela Bragahabit, o REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO HUMAN POWER HUB, foi o mesmo iniciado após deliberação do EM em reunião ordinária realizada no dia 08/02/2022; c. Passado o período de participação procedimental, nos termos do estatuído no artigo 98º do CPA, não foram recebidos quaisquer contributos, pelo que o processo estava em condições de seguir para o EM com vista à aprovação pela AM; d. No entanto, foi recebido (novo) Regulamento por parte da Bragahabit, desta vez o REGULAMENTO DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL DO HUMAN POWER HUB, para início do procedimento; e. Por lapso, entendendo-se que se tratava do mesmo assunto, foi elaborada informação para um e anexou-se o





outro; f. O que se resolverá com a revogação da decisão referida em a) e que permitirá: i. Preparar informação destinada a remessa ao EM para aprovação pela AM, do REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO HUMAN POWER; e, ii. Preparar informação do início do procedimento tendente à aprovação do REGULAMENTO DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL DO HUMAN POWER HUB. A Gestora do Procedimento» **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS. -**

**14. REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO HUMAN POWER HUB – BRAGAHABIT-**

Presente a seguinte proposta: «Tendo terminado o período de publicitação do início do procedimento e participação procedimental nos termos do estatuído no art.º 98.º do CPA do projeto de regulamento acima indicado, não foram efetuados quaisquer contributos, nem houve constituição de interessados. Assim, entende-se ser de dispensar a audiência prévia e consulta pública, nos termos do que dispõem os artigos 100º e 101º do CPA, uma vez que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque não afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, antes confere direitos a potenciais interessados, a situação não tem enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naqueles artigos. Pelo que, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º do mesmo diploma legal, o presente Regulamento deve ser remetido ao Executivo Municipal, para que seja proposto à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.» O projeto de Regulamento do Programa de Aceleração do Human Power Hub, dá-se aqui por reproduzido e transcrito e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA.**



H. P. Pereira



**ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS.** -----

**15. REGULAMENTO DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL DO HUMAN POWER HUB –**

**BRAGAHABIT** - Presente a seguinte proposta: «Pelo Sr. Administrador Executivo da Bragahabit, Dr. Carlos Videira, foi proposta a elaboração de um Regulamento que visa potenciar iniciativas de impacto social incrementais e disruptivas no Município de Braga para resolver os desafios sociais dos nossos tempos, bem como a provocar mudanças sociais rumo a um desenvolvimento sustentável, através do acompanhamento contínuo de projetos, da cedência de espaços físicos, mentoria, consultadoria, networking e capacitação. Assim sendo: **INFORMAÇÃO:** Da proposta que foi remetida a esta DSJC, a 11/03/2022, está fundamentada a necessidade de regular, no documento que se anexou com o nº 1, e que aqui se dá por integralmente reproduzido. O Município está habilitado a regulamentar, ao abrigo do disposto no artigo 241º da CRP. Fundamentação apresentada pela Bragahabit: «O Município de Braga, decidiu, em reunião de Câmara realizada a 27 de dezembro de 2021, atribuir a gestão do projeto "Human Power Hub | Centro de Inovação Social de Braga" a esta empresa municipal. O projeto foi desenvolvido e implementado entre 2019 e 2021 pela Fundação Bracara Augusta, através da execução de uma candidatura ao programa Portugal Inovação Social, medida Parcerias para o Impacto, tendo o Município de Braga assumido o encargo de Investidor Social. Nesse sentido, as atividades a realizar pela Direção do Human Power Hub – Centro de Inovação Social de Braga em 2022 serão uma sequência natural do trabalho desenvolvido entre 2019 e 2021 que regem a sua atuação no âmbito da Inovação Social. Torna-se, por isso, necessário adaptar os instrumentos existentes à nova realidade, permitindo o desenvolvimento da sua atividade, nomeadamente a implementação do Programa de Apoio ao Empreendedorismo Social. O Programa de Apoio ao Empreendedorismo Social visa potenciar iniciativas de impacto social incrementais e disruptivas no Município de Braga para resolver os desafios sociais dos nossos tempos, bem como a provocar mudanças sociais rumo a um desenvolvimento sustentável, através do acompanhamento contínuo de projetos, da cedência de espaços físicos, mentoria, consultadoria, networking e capacitação. Dessa forma, submete-se o pedido de aprovação do Regulamento de Apoio ao Empreendedorismo Social de modo a que a atividade possa decorrer conforme previsto no Plano de Atividades do Human Power Hub para 2022.» **PROPOSTA:** O processo está em condições de ter seguimento para o Ex.mo Sr. Presidente da Câmara, para efeitos de remessa ao Executivo Municipal. Assim, Deverá o processo ser remetido ao Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos (GAOA) para os procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal (Ordem de



Trabalhos), para: Sob Proposta Da Sr. Administrador Executivo Da Bragahabit – solicitar aprovação do início do presente procedimento de regulamentação - Regulamento de Apoio ao Empreendedorismo Social do Human Power Hub, que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA, designando-se como gestora do procedimento a técnica superior jurista Elisa Cunha Coelho.» **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS. -----**

**16. PROJETO DE REGULAMENTO – CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE BRAGA -** Do Sr. Vereador João Rodrigues, com a área de responsabilidade do Planeamento e Ordenamento, Gestão Urbanística, Regeneração Urbana, Habitação, Inteligência Urbana e Inovação Tecnológica, presente a seguinte proposta, para início do procedimento regulamentar, relativo à criação do Conselho Municipal de Habitação de Braga, nos termos do disposto no artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo: «O presente projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Habitação de Braga surge com a necessidade de implementar mecanismos que garantam ao Município de Braga uma gestão eficaz da sua política de habitação, bem como a revisão regular e participada da Estratégia Local de Habitação (ELH), aprovada em reunião de Executivo Municipal a 19 de abril de 2021 e em reunião de Assembleia Municipal a 30 de abril do mesmo ano. Este Conselho pretende envolver os parceiros sociais que atuam neste setor, tais como associações de moradores, cooperativas, deputados municipais das diversas forças políticas representadas na Assembleia Municipal, organizações cívicas, entre outros, promovendo a transparência e a participação efetiva no desenho e concretização das políticas e medidas que o Município deve desenvolver para dar resposta ao direito à habitação consagrado no artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa. O CMHB tem ainda como objetivo a realização de debates, a promoção da participação das comunidades locais e das populações em iniciativas tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a emissão de pareceres e recomendações sobre projetos, iniciativas e políticas de habitação para a cidade que lhe sejam submetidas. O Vereador.» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**17. PROPOSTA DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA, PORTUGAL E A PREFEITURA DE NITERÓI, BRASIL –** Presente a seguinte proposta: «A afirmação internacional e a cooperação institucional são vetores estratégicos que têm sido desenvolvidos pelo Município de Braga nos últimos anos.



O nosso concelho tem protagonizado diversos acordos de cooperação com cidades de todo o mundo, sendo que o Brasil, pelos laços históricos e de amizade, é um país especial para o nosso município e como tal, temos peculiar atenção às relações luso-brasileiras. Considerando os laços tradicionais que unem Braga e a região do Minho ao estado do Rio de Janeiro, e sendo desejo de nosso Município e da Prefeitura de Niterói desenvolverem um acordo de gemação, proponho a este Executivo que aprove o Memorando de Entendimento assinado entre os responsáveis de ambas as cidades. Ambas as cidades concordam em realizar intercâmbios e cooperação de diferentes formas em diversas áreas, como nos campos da ciência e tecnologia, economia e comércio, desporto, agricultura, saúde, educação, cultura, e turismo, promovendo assim a prosperidade e o desenvolvimento recíproco das duas cidades. Niterói é uma cidade do Estado do Rio de Janeiro e antiga capital do estado durante grande parte do século XIX e ainda do século XX. Com cerca de 510 mil habitantes, é considerado um dos municípios mais desenvolvidos do Brasil. Situada na baía do Guanabara, em frente ao Rio de Janeiro, a cidade é um dos principais centros financeiros, comerciais e industriais do país. Tal como Braga em Portugal, Niterói é considerada como uma das melhores cidades do Brasil para viver, trabalhar e investir. É um relevante polo universitário, com sete universidades e quase 70 mil estudantes. E também um importante centro cultural e o Museu de Arte Contemporânea, o Caminho Niemeyer, o Complexo das Fortes, o conhecido Mercado de Pepe, o Polo de Moda, o comércio diversificado e a gastronomia de excelência apontam Niterói como destino turístico de relevância no cenário nacional e estadual, Niterói é a terceira cidade do Estado que recebe mais turistas, atrás apenas do Rio de Janeiro e de Búzios. Braga, 22 de março de 2022. O Presidente da Câmara Municipal de Braga» O memorando de entendimento que estabelece a gemação entre as cidades de Braga da República Portuguesa e de Niterói da República Federativa do Brasil, dá-se aqui por reproduzido e transcrito e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**18. PROCEDIMENTO DE ADMISSÃO AO MERCADO ROMANO-** Da Divisão da Cultura, presente a seguinte proposta: «Considerando que: O funcionamento do Mercado Romano, integrado na recriação histórica "BRAGA ROMANA", edição 2022 é da responsabilidade do Município de Braga; A delimitação da área em anexo é a considerada essencial para a recriação do Mercado Romano; As normas de participação na Braga Romana incluindo os respetivos preços, já foram aprovadas em Reunião de Câmara; Mediante essas normas, a Divisão de Cultura faz a apreciação de todas as candidaturas onde se inclui também, todos os documentos/elementos necessários à apreciação dos pedidos de Ocupação do Espaço Público, Venda Ambulante e/ou Prestação de Serviços de Carater não sedentário (conforme aplicável); É laborada uma



listagem (faseada) pela Divisão de Cultura e, respetivo processo individual de cada candidato quando o mesmo respeita todas as condições previstas nas Normas de Participação aprovadas. SOLICITAMOS: -----

-A aprovação do espaço em mapa anexo, onde consta a delimitação da área para recriação do Mercado Romano 2022; -----

-Aprovação para que os pedidos de Ocupação do Espaço Público e/ou Venda Ambulante sejam enviados em bloco mas, por fases (sempre acompanhados da respetiva listagem) à Divisão Financeira com vista a que a mesma efetue a respetiva liquidação e emissão das respetivas autorizações/licenças, sendo que tal só acontece após apreciação e admissão dos pedidos pela Divisão de Cultura, de acordo com as Normas de Participação na Braga Romana aprovadas. -----



**BRAGA ROMANA – 25 a 29 de maio** | RUA DO SOUTO - RUA D. DIAGO DE SOUSA - RUA JUSTINO CRUZ - RUA S. JOÃO - RUA SR. DO LEITE - RUA D. GONÇALO PREIRA - RUA DO FARTO - RUA DA MISERICÓDIA MUNICIPAL - LG. S. SANTIAGO - LG. S. JOÃO DO SOUTO - LARGO S. PAULO - CARVALHEIRAS - RUA D. PAIO MENDES - RUA FRANCISCO SANCHES - RUA DO FORNO - RUA D. AFONSO HENRIQUES - LG. DO PI - FREI CAETANO BRANDÃO - RUA EÇA DE QUEIROZ - RUA DO CASTELO - RUA DOS CAPELISTAS - PRAÇA VELHA - CAMPO DA VINHA - LARGO CONDE AGROLONGO - RUA DO ELEVADOR - RUA D. DAMIÃO E ANJO - RUA D. FREI CAETANO BRANDÃO - RUA DO RAIO - CAMPO DAS HORTAS - AVENIDA DA LIBERDADE

Foi solicitado pela Vereadora Bárbara Seco de Barros que a votação fosse feita em pontos distintos. Assim foram votados em separado: **A)** A aprovação do espaço em mapa anexo, onde consta a delimitação da área para recriação do Mercado Romano 2022; **B)** A Aprovação para que os pedidos de Ocupação do Espaço Público e/ou Venda Ambulante sejam enviados em bloco mas, por fases (sempre acompanhados da respetiva listagem) à Divisão Financeira com vista a que a mesma efetue a respetiva liquidação e emissão das respetivas autorizações/licenças, sendo que tal só acontece após apreciação e admissão dos pedidos pela Divisão de Cultura, de acordo com as Normas de Participação na Braga Romana aprovadas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA A ALÍNEA A) COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS**



HPDensep  
7

RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO. -----  
DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA A ALÍNEA B) COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

**19. PROPOSTAS DE PARCERIA INSTITUCIONAL** – Presente a seguinte proposta: «Da Divisão da Cultura submetendo à consideração do Executivo Municipal as seguintes propostas de parceria institucional (contratos de dinamização cultural), para atribuição de apoios financeiros a celebrar com as entidades mencionadas, tudo nos termos do art.º 33.º, nº1, da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: **a)** Município de Braga e Associação Tin.Bra-Academia de Teatro, no montante de 26.450,00€, a atribuir de acordo com o referido contrato; **b)** Município de Braga e Comissão de festas da Páscoa da Rua da Boavista, no montante de 1.500,00€, a atribuir de acordo com o referido contrato.» Os documentos juntos à proposta dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**19.1. APOIOS FINANCEIROS:** Da Divisão da Cultura presentes as seguintes propostas: «**A)** proposta de atribuição de um apoio financeiro aos agrupamentos de escolas no valor total de 4.500,00€, bem como definição de preço de bilhetes no âmbito do programa MAPEAR – Mostra de Artes Performativas Escolar 2022, em anexo; **B)** proposta de apoio financeiro ao Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL) no valor de 3.500,00€, dedicado à iniciativa “INL SUMMIT 2022”.» As propostas e os documentos que lhe são anexados, dão-se aqui por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----  
Foi solicitado pela Vereadora Bárbara Seco de Barros que a votação fosse feita em pontos distintos. Assim foram votados em separado: **A1)** proposta de atribuição de um apoio financeiro aos agrupamentos de escolas no valor total de 4.500,00€; **A2)** definição de preço de bilhetes no âmbito do programa MAPEAR – Mostra de Artes Performativas Escolar 2022. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A ALÍNEA A1) E B).** -----  
**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA A ALÍNEA A2) COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS**



**RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA, HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA E ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO. ABSTEVE-SE A VEREADORA BÁRBARA SECO DE BARROS. -----**

**19.2. NORMAS REGULAMENTARES DA LUDOTECA DA ESTUFA DO MUNICÍPIO DE BRAGA:** Da Divisão da Cultura presente a proposta para aprovação das normas regulamentares da Ludoteca da Estufa do Município de Braga, a partir de 2022, nos termos e com os fundamentos da proposta e documentos que se anexam e aqui se dão por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO. -----**

**19.3. MINUTA DO PROJETO DENOMINADO ACTUM – CONVOCATÓRIA ABERTA DE PROJETOS ARTÍSTICOS 2022** - Da Divisão da Cultura presente a proposta relativa ao projeto denominado ACTUM – Convocatória Aberta de Projetos Artísticos 2022, nos termos e com os fundamentos da proposta e documentos que se anexam e aqui se dão por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES, CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA E BÁRBARA SECO DE BARROS. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO. -----**

**19.4. PROPOSTA DE VENDA DA BRACARA AUGUSTA – REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA** - Da Divisão da Cultura submetendo à consideração do Executivo Municipal, proposta de venda da revista BRACARA AUGUSTA, nos termos e com os fundamentos da proposta e documentos que se anexam e aqui se dão por reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA, COM VOTOS A FAVOR DO PRESIDENTE DA CÂMARA RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO E DOS VEREADORES MARIA DO SAMEIRO MACEDO ARAÚJO, OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA, JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES E CARLA MARIA FERREIRA SEPÚLVEDA. ABSTIVERAM-SE OS VEREADORES HUGO**



*HPBeneij*  
*Φ*

ALEXANDRE POLIDO PIRES, ARTUR JORGE OLIVEIRA FEIO, SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA, ADOLFO AUGUSTO MARTINS DA CRUZ MORAIS MACEDO E BÁRBARA SECO DE BARROS. -----

**20. ABERTURA DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA – PROJETO DE REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL (1ª alteração)** - Presente a seguinte proposta: «Em reunião ordinária do executivo municipal de 08 de fevereiro de 2022, foi deliberado aprovar o início de procedimento relativo à primeira alteração ao regulamento do Mercado Municipal de Braga, cuja publicidade foi efetuada pelo aviso 4/2020 no site institucional do Município, e em placar afixado no mercado municipal. Na referida fase (início de procedimento) não se constituíram quaisquer interessados. Assim, concluída agora a redação final do texto, cumpre, agora, uma vez que a natureza da matéria assim o justifica, submeter o projeto de regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões, procedendo-se, para esse efeito, à sua publicação na 2.ª Série do Diário da República e no site institucional do Município, pelo período de 30 dias úteis, nos termos previstos no artigo 101º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. Sugerimos, assim, que se submeta o Projeto de Regulamento à próxima Reunião do Executivo Municipal, para aprovação da abertura do período de consulta pública.» O projeto de regulamento dá-se aqui por reproduzido e transcrito e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**21. PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO PARA PAGAMENTO DA LIGAÇÃO À REDE PÚBLICA DE ÁGUA** – Presente a seguinte proposta: «Considerando: - Que a água é um bem essencial para a Vida e a disponibilidade de água pública é um serviço que implica a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos; - O teor da avaliação socioeconómica realizada pelo Gabinete de Ação Social da Divisão de Coesão Social e Solidariedade, à situação do agregado familiar composto pelo requerente e esposa, ambos septuagenários e reformados, residentes numa casa sem abastecimento de água da rede pública e dispondo de um rendimento per capita de €405,00, inferior ao valor do Indexante de Apoios Sociais, atualmente fixado em €443,20; - O disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, segundo a qual compete à Câmara Municipal prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade; - O disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 12.º do Regulamento do Projeto BragaSol, que dispõe sobre os apoios para obras de conservação, reparação ou beneficiação de habitações degradadas, incluindo ligação às redes de abastecimento de água, eletricidade e esgotos; Proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido de aprovar um apoio financeiro ao requerente através do pagamento de €475, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para ligação à rede pública de água do imóvel onde o agregado habita. Braga, 29 de março de 2022. A Vereadora da Inovação e Coesão Social. Dr.ª Carla Sepúlveda» Os documentos anexados à proposta dão-se aqui por



reproduzidos e transcritos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**22. APROVAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A CONQUISTA VONTADES - ASSOCIAÇÃO DOS IMIGRANTES SENEGALESES EM PORTUGAL E A ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL E CULTURAL LUSO-UCRANIANO NO ÂMBITO DO PROJETO PARCERIA PARA A INTEGRAÇÃO** – Presente a seguinte proposta: «Considerando: - Que o Município de Braga apresentou uma candidatura no âmbito do aviso n. 98/FAMI/2 denominada Parceria para a Integração, a qual veio a ser aprovada para financiamento em 75%, com investimento elegível de € 108.840,93; - Que o projeto em causa preconiza a promoção da integração de nacionais de países terceiros (NPT) no concelho de Braga, enquanto comunidade de acolhimento, envolvendo os atores locais, públicos e privados, na sua definição, execução, monitorização e avaliação. Além disso, está prevista a reformulação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes e a estimulação da participação ativa de NPT no seu processo de integração, assegurando medidas que promovam a integra multinível. Acresce referir que se procura garantir uma resposta ao nível do atendimento geral personalizado a NPT com vista ao esclarecimento, encaminhamento e/ou resolução das situações apresentadas, bem como promover medidas de capacitação das respostas e técnicos que atuem domínio da integração da migração legal, promovendo a melhoria contínua do atendimento e recursos de apoio aos NPT; - A importância do Projeto para a plena integração de nacionais de países terceiros, em diferentes esferas do seu quotidiano nomeadamente nas áreas de serviços de acolhimento e integração, Urbanismo e Habitação, Mercado de Trabalho e Empreendedorismo, Educação e Língua, Capacitação e Formação, Cultura, Saúde, Solidariedade e Resposta Social, Cidadania e Participação Cívica, Media e Sensibilização da Opinião Pública, Racismo e Discriminação, Relações internacionais e Religião; - Que serão parceiros financeiros do Município de Braga, a Conquista Vontades - Associação Imigrantes Senegaleses em Portugal e a Associação Centro Social e Cultural Luso-Ucraniano, mediante pagamento, de €20.430,46 e 10.215,23, respetivamente. Estas entidades possuem vários anos experiência neste contexto, e serão responsáveis pela equipa multidisciplinar e multilingue, constituída por 3 técnicos também eles nacionais de países terceiros e com anos experiência; - Que as respostas às necessidades de populações devem ser concretizadas através de parcerias locais envolvendo as varias instituições representativas e intervenientes na comunidade local; - A importância e proficuidade da estreita cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social como este que, aqui, se evidencia; O disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, segundo a qual compete à Câmara Municipal apoiar





atividades de natureza social; Proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido da aprovação do memorando de entendimento em anexo, a celebrar entre o Município de Braga e a Conquista Vontades- Associação dos Imigrantes Senegaleses em Portugal e a Associação Centro Social e Cultural Luso-Ucraniano. Braga, 29 de março de 2022. A Vereadora da Inovação e Coesão Social. Dr.ª Carla Sepúlveda» O memorando de entendimento para a implementação do projeto/ parceria para a integração dá-se aqui por reproduzido e transcrito e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**23. PROPOSTA DE DOAÇÃO EM ESPÉCIE À CONQUISTA VONTADES – ASSOCIAÇÃO DOS IMIGRANTES SENEGALESES EM PORTUGAL** - Presente a seguinte proposta: «Considerando: -A importância da atividade da Conquista Vontades - Associação dos Imigrantes Senegaleses em Portugal, no contexto em que se encontra inserida, dando resposta à comunidade senegalesa residente em Braga ao nível da mediação e integração; - Que a Conquista Vontades - Associação dos Imigrantes Senegaleses em Portugal garante um acompanhamento de proximidade, com vista à capacitação dos cidadãos que representa; - Que a Conquista Vontades - Associação dos Imigrantes Senegaleses em Portugal tem vários anos de experiência no terreno, contribuindo para respostas com proximidade e qualificação; - Que respostas às necessidades de populações devem concretizadas através de parcerias locais envolvendo as várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local; -A importância e proficuidade da estreita cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social como este que, aqui, se evidencia; -O disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, segundo a qual compete a Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, nomeadamente de forma a contribuir para o seu projeto 2i-Incluir e integrar, financiado pelo Alto Comissariado para as Migrações, no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante 2022; -O disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, que alude ao apoio pelo Município de Braga a atividades de interesse municipal; Proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido da doação em espécie de mobiliário diverso que não se encontrava em utilização (8 cadeiras, 2 secretárias e 1 arquivador) à Conquista Vontades - Associação dos Imigrantes Senegaleses em Portugal. Braga, 29 de março de 2022. A Vereadora da Inovação e Coesão Social. Dr.ª Carla Sepúlveda» **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

Foram propostos pelo Presidente da Câmara os seguintes votos de louvor: -----

- **VOTO DE LOUVOR À EQUIPA FEMININA DO S.C.B.** pela conquista da Taça da Liga Feminina: **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



- VOTO DE LOUVOR À ESCOLA EB 2,3 DE CELEIRÓS pelo seu 25.º aniversário. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

E pela Vereadora Bárbara Seco de Barros foi ainda proposto um VOTO DE LOUVOR À EQUIPA FEMININA DE VOLEIBOL DO S.C.B. PELA SUBIDA À 1.ª DIVISÃO. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE --**

**24. APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE A PRESENTE ATA EM MINUTA NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO, PARA SURTIR EFEITOS IMEDIATOS.** -----

-----**OUTROS ASSUNTOS:**-----

-----Pelo **PRESIDENTE DA CÂMARA** foi referido que amanhã, pelas 12h, no Teatro Sá de Miranda, ocorrerá a apresentação do projeto para o nó de Infias, convidando todos os Vereadores a marcar presença nessa sessão. -----

-----Informou, também, que a próxima reunião do Executivo Municipal ocorrerá na próxima quinta-feira, dia 14 de abril, pelas 14h30, no edifício GNRation. -----

-----Pela Vereadora **SÍLVIA CRISTINA CONDUTO DE SOUSA**, foi dito: *«Passa praticamente meio ano desde que este Executivo tomou posse, e sistematicamente somos confrontados com algo que, para mim, é surpreendente, que é uma ausência de informação relativamente àquilo que depois somos chamados a pronunciar-nos e votar, com responsabilidades políticas e até financeiras, em última instância. Já chamei a atenção para esse assunto, numa reunião descentralizada, que ocorreu em Vimieiro, relativamente à aprovação de taxas (IMI e IRS). Nessa altura, chamei a atenção para o facto de a comunicação social ter conhecimento relativamente ao impacto financeiro que essa aprovação iria ter nos cofres do Município, sendo certo que isso nem sequer acompanhava a documentação para a discussão e votação desse ponto. Na altura a resposta do Sr. Presidente foi que nunca tinha sido dada essa informação, o que me surpreende. No entanto, hoje já não me surpreende, uma vez que é habitual o facto de nós não termos acesso a informação que é importante e relevante para aquilo que vamos votando nas reuniões. Ou seja, felizmente temos uma comunicação social que vai ouvindo, ou vai sendo contactada para o Executivo se fazer ouvir, e nós vamos sabendo a informação através da comunicação social, e isso não me parece normal, até porque depois somos chamados a votar essas mesmas matérias e não temos qualquer informação que nos chegue, relativamente ao seu enquadramento. Temos agora um exemplo gritante (aliás, fomos convidados para mais uma reunião com os técnicos, sobre um outro assunto, que eu não tenho qualquer expectativa que venha a*



*H. Alexandre*  
*[Handwritten signature]*

acontecer, enquanto não for objeto de uma cerimónia pública), porque solicitamos reiteradamente que nos fosse transmitido o conteúdo do que se iria passar no projeto do nó de Infias, e isso não aconteceu. Aliás, nós não fomos convidados, enquanto Vereadores, para a sessão que vai ter lugar amanhã; apenas me chegou um email, para o email pessoal, com um convite geral, na passada sexta-feira, depois da Assembleia Municipal (e portanto, ao final da noite) e eu não acho normal que estejamos aqui a ouvir que vamos ser convidados e chamados para reuniões técnicas e depois, a primeira vez que vamos ser confrontados com a apresentação de um projeto que tem a importância como tem o do nó de Infias, seja numa eventual sessão pública - que nós muito provavelmente nem tenhamos condições para assistir dados os compromissos profissionais que temos. Parece-me óbvio que a qualificação para isto nunca será positiva. E não é só em relação ao nó de Infias: nós agora votamos um cancelamento de adjudicações por motivos de um BRT que, soubemos também hoje, irá acontecer até ao final deste mandato. A determinada altura nós soubemos, pela comunicação social, mais uma vez, que tinha sido feita uma apresentação pública de um plano de ação de energia sustentável e clima, e para essa, nem no email pessoal houve qualquer convite (muito menos no institucional, onde deveria acontecer). Todos os Vereadores desta Câmara têm um email institucional, e deveriam ser contactados através desse mecanismo, formalmente, já não digo para as reuniões que nos são prometidas, mas pelo menos para estas cerimónias públicas, onde são apresentados documentos estratégicos – suponho eu, porque não os conheço – relativamente a decisões que depois vamos ter de tomar, em pormenor e detalhe neste Executivo. Nós não fomos informados sobre o plano relativamente ao BRT, estamos agora a ser convidados para uma cerimónia que vai ocorrer amanhã, relativamente ao nó de Infias, assunto que já foi objeto de promessas de reuniões que antecederem essa apresentação, e que nunca aconteceram, e não vão acontecer; fomos também convidados, a determinada altura, para a apresentação da candidatura de Braga a Capital Europeia da Cultura, e houve incapacidade de nos contactar a tempo de reunirmos antes da apresentação pública; mais uma vez recebi um convite no email pessoal e não institucional para a apresentação de um programa que só posteriormente e através da comunicação social é que percebi o seu conteúdo, que é a importância de todos os investimentos que estão a ser feitos ou previstos na área da cultura, que era a cultura 12/03 Escala na Viagem; bem-haja à comunicação social que nos vai mantendo informados sobre o que são os grandes planos estratégicos que este Município concebe e desenvolve para os seus habitantes ou para a sua população. Por isso, a minha pergunta é muito simples: porquê? Porque é que o funcionamento é este?»

-----O Vereador **HUGO ALEXANDRE POLIDO PIRES**, abordando o processo de (reversão da) expropriação no Parque Norte, referiu que no primeiro mandato desta Coligação houve uma decisão de que a



academia do S.C.B. seria nos terrenos expropriados junto ao Estádio. Na altura, o Partido Socialista votou contra e foi alvo de grandes críticas, de vários quadrantes da sociedade bracarense, desde os políticos, até ao próprio S.C.B. que fez na altura um comunicado, revelando o seu desconforto com o voto contra do Partido Socialista. Naquela altura votamos contra, porque sempre dissemos que aquelas expropriações não teriam aquele fim, e, portanto, que os proprietários daqueles terrenos poderiam sempre pedir a reversão desses terrenos. A semana passada fomos confrontados com uma decisão do Tribunal em que os proprietários pedem a reversão ou indemnização, pelo que solicita informações sobre este processo e o que irá acontecer, designadamente se irá haver recurso por parte da Câmara, e se ou quando é que esta fatura chegará. -----

-----A Vereadora **BÁRBARA SECO DE BARROS**, começou precisamente pela questão dos terrenos do Parque Norte, recordando que na altura a CDU quis acautelar- antes da decisão de doação de terrenos- a possibilidade de se poder construir neles algo diferente daquilo para os quais tinham sido expropriados (tendo inclusivamente a Secretaria de Estado do Desporto feito uma declaração de interesse público). Pese embora o desfecho deste processo em Tribunal, na verdade foi também confirmado o interesse público da instalação da Academia e do Quartel de Bombeiros – cuja garantia de instalação ocorreu ainda no tempo de gestão do Partido Socialista – e de acordo com a informação que a CDU à altura tinha, entendemos que, os terrenos deviam ser doados com as contrapartidas. Agora, a única saída será cumprir os direitos dos proprietários (e como nenhum particular irá ficar na sua esfera com a Academia ou o Quartel dos Bombeiros) deverá ser ressarcido por esses valores. A Vereadora Bárbara Seco de Barros abordou ainda os seguintes temas: -----

–Questão colocada pelos moradores da Rua João Cruz, junto às piscinas, que por duas vezes (uma vez as 22h50 e noutro dia às 17h10) a Polícia Municipal estava a multar as viaturas estacionadas dos moradores, nessa mesma rua onde o estacionamento é, senão exclusivamente, maioritariamente de moradores, junto aos seus prédios, onde não existe qualquer sinalização vertical ou horizontal, nem de proibição de estacionamento, nem de instalação de parcometros, portanto os moradores questionam porque é que a Polícia Municipal faz essas rondas às suas viaturas, estando um pouco indignados com essa ação. -----

- Na última reunião de Câmara votou-se a alteração orçamental, que incluía agora as transferências dos Ministérios da Educação e da Saúde, e na altura o Presidente da Câmara deixou claro que as transferências da saúde eram de facto insuficientes, mas que nas da educação, o envelope financeiro correspondia às competências recebidas. No entanto, entre a reunião de Câmara e a discussão do mesmo assunto na Assembleia Municipal, ocorrida na passada sexta-feira, a Vereadora da Educação prestou declarações à comunicação social dizendo que a transferência orçamental na área da educação era insuficiente para as



HPleiro  
7

competências. Nesse sentido, gostava de pedir esclarecimentos a este respeito: o valor transferido é suficiente, ou há também uma insuficiência da verba transferida na área da educação, à semelhança do que acontece com a saúde? Estas insuficiências de envelope financeiro vêm também comprovar aquela que tem sido a nossa posição e a nossa desconfiança face a este modelo de processo de descentralização de competências, que sem a necessária transferência do envelope financeiro capaz de dar resposta a estes serviços e a estas competências, acabará por cair por terra o serviço de proximidade, e pôr em causa como são prestados, tanto ao nível dos trabalhadores das diversas áreas, como das populações que deles usufruem. -----

- Nota de desgosto para o que acontece na requalificação do edifício do antigo "O Nosso Café" na Avenida da Liberdade: de facto, a construção do edifício em altura e de aumento de andares que está ali a ser feito, altera profundamente a visão da fachada daquele edifício, que é um edifício notável da cidade, não se compreendendo como foi possível fazer este licenciamento. A primeira requalificação manteve alguma integridade, pelo menos na fachada, mas neste caso (segunda requalificação) estamos perante uma desconfiguração brutal da fachada do edifício e da própria Avenida da Liberdade onde ele está instalado. -----

- Uma nota de repúdio e preocupação também para o projeto recentemente anunciado (e que a CDU votou contra) de instalação de um hotel num edifício contíguo ao edifício das Convertidas, ao Convento de Santa Madalena. Esta preocupação resulta sobretudo do estado de conservação do edifício contíguo, precisamente, das Convertidas, que corre grandes riscos. Entendemos que aquele edifício merece uma requalificação, contudo tememos que a requalificação que vai ali ser feita no edifício contíguo possa por em causa a dignidade e a segurança do edifício do convento de Santa Madalena. Não se compreende também esta opção que agora o Município avançou de se instalar ali um museu virtual, uma vez que entendemos que aquele monumento tem ainda muita potencialidade de ser museu por si só, para além de outros usos que possam ser dados, respeitando aquilo que é a sua história e o seu património, e mais uma vez também ao nível da configuração destes dois edifícios (a construção em altura dos novos edifícios feitos atrás do edifício contíguo ao das Convertidas também nos parece um abuso à requalificação deste espaço). -----

-----O **PRESIDENTE DA CÂMARA** começou por referir-se ao museu das convertidas dizendo que "a discussão está feita"; no respeitante ao edifício "O Nosso Café", esclareceu que esse projeto foi aprovado ainda no mandato anterior, com parecer favorável da DRCn, sendo esta uma obra escrutinada por aquela entidade, pelo que não sabe se a Câmara teria até opção de obstaculizar essa intervenção. -----

-----Quanto às competências da educação, clarificou: *aquilo que se verifica na área da saúde é diferente daquilo que se passa na educação, pela seguinte razão: na saúde, o valor das verbas que estava a ser*



*endossado para o Município, era inferior àquilo que o próprio Estado Central estava a gastar nesse setor. O caso da educação é um caso estrutural de insuficiência de verbas do próprio Estado Central, ou seja, a questão não está na transferência dos valores para o Município, ou dito de outro modo, não se está a cortar no que o Estado iria gastar face ao que o Município iria receber; no geral, o que o estado estava a gastar no setor, é insuficiente face àquilo que são as responsabilidades. Numa lógica de migração de competências, é verdade que vamos ser nós a assumir essa falha, mas não há um subfinanciamento face àquilo que já era o investimento feito pelo Estado.* -----

-----Relativamente à Rua João Cruz o PRESIDENTE DA CÂMARA referiu que também foi informado dessas queixas, não tendo, no entanto, indicação que haja multas a lugares de estacionamento válidos. Trata-se de uma zona particularmente sensível, há muitos utilizadores que não são moradores, a estacionar indevidamente, nomeadamente nos jardins de entrada para as piscinas da rodovia, e por isso tem havido algumas vigílias da Polícia Municipal. Complementou a Vereadora **OLGA MARIA ESTEVES ARAÚJO PEREIRA** dizendo que, por regra, a Polícia Municipal não intervém em zonas residenciais, exceto se for chamada ao local. -----

-----Novamente no uso da palavra, sobre os terrenos da expropriação do Parque Norte, apresentou o **PRESIDENTE DA CÂMARA** um breve resumo histórico do ocorrido no processo: *os proprietários dos terrenos do Parque Norte, foram todos expropriados e foram (bem) pagos por isso. A proposta inicial da Câmara correspondia a dez por cento do valor que foi pago a cada um dos proprietários desses mesmos terrenos, e, portanto, tenho muitas dúvidas, sob o ponto de vista da valorização dos terrenos, que cada proprietário não tenha sido justamente remunerado pelos terrenos que foram cedidos. Neste caso concreto deste proprietário que agora interpôs a ação, há uma particularidade que se prende com o facto de, pouco depois da expropriação, esse proprietário ter avançado com um pedido de reversão judicial contra a Câmara Municipal, antes mesmo de se falar da Academia ou de qualquer outro tipo de utilização, porque considerava que essa expropriação não estava a ser concretizada, e o parque não estava a ser feito. Na altura, o Executivo Socialista, para compensar o proprietário e fazê-lo levar a desistir da ação, revendeu-lhe uma parcela que tinha sido adquirida também por expropriação – e que ainda continua na sua posse – no Parque Norte, a um valor muito simpático, que serviu como compensação pelo abdicar do processo de reversão. Curiosamente, dez anos passados, o proprietário esqueceu-se que já tinha sido compensado e intentou nova ação pelo uso indevido dos terrenos. E esse uso indevido, comporta duas dimensões: uma ocupação com terrenos que foram para a academia do S.C.B. e uma componente com terrenos que foram afetos à construção do quartel dos Bombeiros. Esse projeto do quartel dos Bombeiros foi elaborado no mandato 2009-*



Atenção  
7

2013, sob gestão do Partido Socialista. O quartel só avançou no mandato 2013-2017 porque a equipa de fundos comunitários conseguiu um financiamento e a obra avançou. Quando se fala da questão de reversão dos terrenos, não estamos a falar apenas da Academia, mas também dos Bombeiros. Portanto, se alguém quiser levantar questões sobre o uso indevido dos terrenos após a expropriação, tem de colocar as duas questões, uma vez que, se refere apenas a Academia, está a atacar diretamente a Academia do S.C.B. e não a fazer um ataque à decisão da Câmara de elaborar estes dois projetos. A propósito do uso indevido, a Secretaria de Estado das Autarquias Locais estranhamente, deu razão ao proprietário, e estranhamento na medida em que os Bombeiros parecem ser um equipamento absolutamente fundamental do ponto de vista do interesse público e a academia do S.C.B. é também um equipamento que mereceu a classificação como de interesse público do próprio Governo através de um Decreto da Secretaria de Estado do Desporto. Portanto, no limite, os terrenos poderiam voltar a ser expropriados para esses dois fins, uma vez que estamos a falar de dois equipamentos de interesse público. No final do processo, o que poderia ocorrer, era uma reavaliação dos terrenos à luz do que eles valem hoje, face àquilo que eles valiam no momento em que houve a expropriação original, e é unicamente isso o que poderá estar em causa sobre compensações financeiras. No imediato, a Câmara vai recorrer, e aguardaremos pelos próximos passos, a partir daí. -----

-----Relativamente às questões levantadas pela Vereadora Sílvia Sousa, o Presidente da Câmara respondeu que os Srs. Vereadores são membros do Executivo, e não membros executivos do Executivo, e portanto o que a maioria faz – maioria que está em gestão do Executivo – é fornecer, do ponto de vista formal, toda a informação que é necessária para a instrução das decisões e nesse aspeto nunca poderá dizer que foi recusada informação (que não no caso único que existe no contexto, que se trata do contrato do Altice, por razões que são públicas) ou sonegada informação aos Srs. Vereadores. Desde o momento que a informação é instruída - ou mesmo questões que não sejam objeto do Executivo Municipal- sempre que são pedidos esclarecimentos ao Executivo ou aos nossos serviços, essas informações são fornecidas. Em termos de instrução dos processos, o que vem a reunião de Câmara, é a instrução formal, não é a instrução estratégica ou política que esteve na base de qualquer tipo de decisão, portanto se houver alguma questão que os Srs. Vereadores entendam colocar, cá estaremos para prestar, em devido tempo, os respetivos esclarecimentos. -----

-----Mais esclareceu que, no caso do nó de Infias, estava previsto fazer-se uma reunião paralela à visita ao Centro Coordenador de Transportes, para apresentação desse projeto, mas depois, por questões de gestão de agenda, isso não terá acontecido, e, entretanto, houve a marcação, por parte do Sr. Ministro não tendo sido possível marcar a apresentação aos Srs. Vereadores antecipadamente. Mas como tem sido hábito,



*existe total disponibilidade por parte dos Srs. Vereadores para apresentarem esse tipo de projetos. -----*

*-----Por fim, no que se refere à candidatura de Braga a Capital da Cultura, referiu que a equipa coordenadora da capital da cultura fez inúmeras diligências para auscultar e apresentar a candidatura aos Srs. Vereadores e aos representantes políticos das diversas forças partidárias. Não há aqui nenhuma intenção – bem pelo contrário – de privar os Srs. Vereadores de participarem. Nesta fase decisiva é até importante que se tiverem contributos que queiram dar - e enriquecer esses mesmos documentos- que o façam, de forma atempada, para que esta seja uma candidatura mais abrangente e mobilizadora possível, como todos desejamos, para que seja bem-sucedida. -----*

*-----O Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao Provedor do Município **CARLOS ALBERTO PEREIRA**, que expôs, sumariamente, o seu relatório de atividades. Começou por cumprimentar os presentes, dizendo de seguida que “o relatório espelha uma atividade que não diminuiu tao substancialmente quanto se esperava”, e que “enquanto no primeiro mandato havia uma elevada quantidade de emails anónimos, neste mandato não houve nenhum, o que denota que algo mudou nesta relação.” -----*

*-----Também se verificou, de um mandato para o outro a “a normalização das competências das Juntas de Freguesia” – sendo certo que o Provedor não tem capacidade de intervenção nestas áreas, já que se tratam de universos diferentes, uma vez que estas estão fora do universo municipal (a não ser nos casos em que se requer o enriquecimento e auscultação das Juntas de Freguesia, face a determinado assunto, e por outro lado, quando as obras são delegadas por contrato interadministrativo). -----*

*-----Neste relatório pretende-se fazer algumas reflexões: desde logo, o facto de a Provedoria ser uma atividade pro-bono, sendo o Provedor apenas compensado com ajudas de custo nas deslocações que tivesse de efetuar, o que nunca solicitou, uma vez que as que teve de efetuar não o justificavam; uma segunda nota para o facto de o Provedor receber às terças e quintas feiras de manhã os Municípios que o desejarem, e excecionalmente noutros períodos, quando solicitado para esse efeito, e mediante disponibilidade. -----*

*-----O Provedor deixou também um agradecimento à Dr.<sup>a</sup> Rosalina Oliveira, que está simultaneamente afeta aos trabalhos da Assembleia Municipal, referindo que “no primeiro mandato existia outra colaboradora, que, entretanto, saiu, pelo que se afigura como necessário que brevemente tenhamos acesso aos serviços de mais um funcionário (no caso de se pretender continuar esta partilha de recursos humanos).” -----*

*-----Fez ainda referência à longevidade dos processos, identificando o processo mais antigo que teve, que começou com uma queixa efetuada ainda antes da provedoria existir (o processo foi aberto a 30.04.2013) sendo a primeira audiência efetuada em dezembro de 2014; este processo foi por duas vezes ao Tribunal Administrativo e das duas vezes rejeitado por erros processuais. Neste momento decidiu-se recomeçá-lo*





novamente, o que, para um casal que já o começou em 2013 (e estamos em 2022!) é muito moroso. Trata-se de um processo relacionado com uma demolição de um alpendre, e se a demolição não ocorrer, vai-se iniciar novamente "o calvário" dos tribunais, deixando a observação que deveria ser mais célere. -----

-----Uma outra nota para uma situação insólita, que se relaciona com o facto de o Provedor ter sido chamado a Tribunal para testemunhar, na sequência de uma recomendação que havia feito à Câmara Municipal, designadamente aos serviços do trânsito, para que se considerasse uma situação que, na sua perspetiva era claramente ilegal (tratava-se de um estacionamento junto da porta de uma casa, onde tem de haver algum espaço para que as pessoas saíssem de casa); o que aconteceu foi a criação de um espaço de estacionamento privativo, onde a pessoa para sair de casa tinha apenas vinte e três centímetros. A Sra. queixava-se à Polícia Municipal ou à PSP, e este processo levou muito tempo a ser resolvido, tendo a solução final encontrada pelos serviços do trânsito, sido idêntica à proposta pelo Provedor em momento anterior. Apenas na véspera da audiência de julgamento é que, foi convidado para visitar o local, de modo a aferir se a solução encontrada se enquadrava nas pretensões da queixosa, tendo a resposta sido afirmativa. -

-----Finalizou, disponibilizando-se para quaisquer esclarecimentos ou prestação de informação adicional aos Senhores Vereadores. -----

-----A final, o Presidente da Câmara agradeceu a exposição do Provedor do Município, bem como o exercício do cargo, em regime pro bono. -----

-----  
**ENCERRAMENTO:** Às 11h15m e como não houvesse mais nada a tratar, foi pelo Excelentíssimo Presidente da Câmara encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser devidamente assinada pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim, Helena Margarida Ferreira Freitas Pereira, Técnica Superior, a exercer funções na Divisão dos Serviços Jurídicos e do Contencioso. -----

*Helena Margarida Ferreira Freitas Pereira*